

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade fornecer subsídios para autorizar a licitação, modalidade pregão eletrônico, registro de preços para aquisição de retroescavadeiras, conforme especificações técnicas, contidas nos termos de referência deste processo administrativo.

Da necessidade de contratação: A aquisição dos equipamentos especificados, visa a contribuir com o aprimoramento da infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável dos municípios da área de atuação da CODEVASF em Pernambuco, garantindo assim a inserção dos agricultores dessas áreas na economia de mercado, com a possibilidade aumento de sua produção e distribuição, reduzindo os custos e contribuindo para a fixação sustentável das famílias nas áreas rurais.

Modalidade: A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO, com Sistema de Registro de Preços (SRP).

Dotação orçamentária: Os fornecimentos serão executados no prazo de vigência da ata de registros de preços. Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP): Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (“I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica e logística dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Da não de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os bens a serem adquiridos serão fornecidos no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

A não adoção do orçamento sigiloso, está fundamentada no art. 25 do Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional, observado o disposto no inciso II do caput do art. 6º; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.

Cota Reservada a ME/EPP: A não previsão da cota de 25% está respaldada pelas ressalvas trazidas no corpo do Decreto Nº 8.538/2015, e que a experiência tem demonstrado que, com a não previsão, a vantajosidade fica preservada, justificamos a não previsibilidade da reserva de 25% para ME/EPPs nesta licitação.

Consórcio: A não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio, é justificada por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Da não admissão de subcontratação: Objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio: Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada. Acrescento ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado.

Orçamento Público/Aberto: Este processo possui definições, critérios, especificações de engenharia bem definidos, tornando relevante a divulgação do orçamento.

No âmbito das contratações públicas, antes de celebrar um contrato a Administração deve definir com clareza o objeto pretendido. Logo após, deve efetuar a avaliação do seu custo em face das condições de mercado.

Acórdão 1502/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz):

“Licitação. Empresa estatal. Edital de licitação. Orçamento estimativo. Divulgação. Princípio da publicidade.

Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

O TCU orienta: “sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória”), ou seja, neste processo. Não adotamos um orçamento com um critério “estimativo”, que até compreenderia subsídio para avaliar a “aceitabilidade das propostas”, mas neste caso foi objeto de diagnóstico e projeto.”

Portanto, entendemos que a recomendação do TCU, mesmo diante do regime jurídico presente na Lei nº 13.303/2016 – que institui o sigilo do orçamento como regra geral, orienta às estatais nos atos convocatórios à divulgarem o orçamento quando do julgamento das propostas servir de critério, como neste caso que se trata de preço máximo.

Thiago Freitas de Porfírio Sousa: Engenheiro Civil CREA: 27.150/D-DF

Analista de Desenvolvimento Regional
3ºGRD/UEP
CODEVASF

ANEXO II

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES E PREÇOS

Item	CATMAT	Especificações	Unidade	Quant	Valor Unit (R\$)	Subtotal (R\$)
1	478143	Retroescavadeira sobre rodas, tração 4x4, nova, com cabine fechada e ar-condicionado, motor diesel, potência líquida mínima 80 HP ou unidade equivalente, capacidade mínima da caçamba carregadeira 1,00 m³, peso operacional mínimo 7500 kg. Garantia mínima 12 meses.	UN	150	361.201,21	54.180.181,50
TOTAL						54.180.181,50

Para composição dos preços deste Termo de Referência, foram utilizados os preços das medianas obtidas nas consultas ao painel de preços do ministério do planejamento (<http://paineldepocos.planejamento.gov.br>), conforme orientação da instrução normativa 05 de 27/06/2014, atualizada pela instrução normativa nº 73/2020;

A licitação está agrupada no esforço de não causar prejuízo no fornecimento conjunto do objeto, a fim de atender plenamente as quantidades e condições do objeto, com base na faculdade admitida no §4º, Art. 8º do decreto nº 8.538/2015



Figure 1: Imagem meramente ilustrativa de uma retroescavadeira

1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

a. Gerais: Retroescavadeira, equipamento novo, o ano de fabricação: Do ano do empenho ou do ano seguinte; zero hora; tração 4x4, acionada por motor ciclo Diesel, Retroescavadeira sobre rodas, tração 4x4, nova, com cabine fechada e ar-condicionado, motor diesel, potência líquida mínima 80 HP ou unidade equivalente, capacidade mínima da caçamba carregadeira 1,00 m³, peso operacional mínimo 7500 kg. Garantia mínima 12 meses.

b. Motor: Motor ciclo Diesel, 4 (quatro) tempos, refrigerado a água, com as seguintes características: 1) Turbo alimentado; 2) Potência líquida no volante do motor: mínima de 80 HP ou unidade equivalente; 3) Combustível: óleo diesel

c. Transmissão: Hidrostática, hidráulica, Tipo powershuttle, sincronizada, powershift, conversor de torque;

d. Freios: Segurança com atuação sobre a transmissão principal ou eixo Traseiro. Freio de estacionamento acionado mecanicamente.

e. Cabine do Operador:

e.1) Cabine dotada de sistema de proteção física do operador, contra tombamentos e objetos que possam cair sobre a cabine, à semelhança do sistema R.O.P.S/F.O.P.S ou similar;

e.2) Dotada de cinto de segurança retrátil;

e.3) Dotada de espelhos retrovisores externos (mínimo de dois, um de cada lado) e mais um espelho interno;

e.4) Dotada de ar condicionado;

e.5) Dotada de pára-sol;

e.6) Dotada de indicadores e de luzes indicadoras, sendo admissível display em LCD ou analógico: Horímetro; Temperatura do líquido de arrefecimento; Nível de combustível; Pressão do óleo do motor; Temperatura do óleo da Transmissão; Carga da bateria; Alerta central; Indicador direcional; Faróis altos; Freio de estacionamento; Alerta do freio de estacionamento e Sinais de direção (seta).

f. Sistema elétrico: 1) Alternador de 12V ou 24V; 3) Baterias de 12V ou 24V;

g. Iluminação:

g.1) Luz de parada traseira;

g.2) Lanternas indicadoras de direção (02 na dianteira e 02 na traseira);

g.3) Faróis de trabalho (02 na dianteira e 02 na traseira).

h. Sinalização:

h.1) Dotado de buzina;

h.2) Faróis auxiliares montados na cabine;

h.3) Indicador luminoso e sonoro de marcha à ré.

i. Dimensões Mínimas:

i.1) Caçamba: Caçamba carregadeira (uso geral) –capacidade coroadada mínima de 1,00 m³;

i.2) Lança: Alcance mínimo de 5,40m;

i.3) Braço: Alcance mínimo de 2,40m;

i.4) Profundidade mínima de escavação: 4,50m

1) Pintura: Pintura na cor do fabricante

2) Ferramentas: Deverá ser fornecido um kit de ferramentas apropriado para manutenção, fornecido pelo fabricante, que possibilitem a manutenção preventiva pelo operador. Entende-se que a Manutenção: Compreende as ações realizadas pelo usuário e/ou pelo operador responsável pelo equipamento, com os meios orgânicos disponíveis, visando a manter o material em condições de apresentação e de funcionamento. Engloba tarefas mais simples das atividades de manutenção preventiva e corretiva, com ênfase nas ações de conservação do equipamento, podendo realizar reparações de falhas de baixa complexidade.

3) Pneus: com especificações de fábrica.

1. DIVERSOS:

a. Documentação:

Os seguintes itens impressos, redigidos em língua portuguesa, deverão ser fornecidos:

- 1) 01 (um) manual de operação do equipamento;
- 2) 01 (um) manual de serviço do equipamento;
- 3) 01 (um) manual de manutenção do equipamento;
- 4) 01 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição (será admitido catálogo em inglês técnico);
- 5) Relação da rede de assistência técnica no território nacional;
- 6) Certificação e/ou aprovação dos ensaios ISO e SAE previstos nos itens anteriores; e
- 7) CD, DVD ou outra mídia compilando todos os manuais e catálogos mencionados acima.

b. Garantia técnica

1) Termo de Garantia concedido por intermédio de certificado, com prazo de garantia técnica mínima de 12 (vinte e quatro) meses, a contar da data do recebimento definitivo (Termo de Recebimento e Exame de Material) emitido pela contratante, contra defeitos de fabricação, montagem e mau funcionamento, decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego do equipamento/veículo em condições normais;

c. Entrega técnica

1) Realizada no local de entrega, a qual deverá ocorrer no período de 2 (dois) a 5 (cinco) dias úteis, por técnico da contratada, para transmitir informações técnicas sobre o funcionamento e, também, operar o equipamento por no mínimo 8 (oito) horas com a participação de técnicos do DNOCS, ou por ele designado, que irá receber o equipamento, demonstrando o emprego e os comandos. Detalhar os itens da manutenção básica e os dispositivos de segurança do equipamento, sem ônus para a contratante; e

2) Após o término da entrega técnica a contratante emitirá o Termo de Recebimento e Exame de Material.

d. Assistência técnica:

No mínimo durante o prazo da garantia técnica conforme item 2.b.1 desta especificação;

e. Proteção ambiental e Segurança:

1) O equipamento deve atender a legislação ambiental, em especial, o Proncove (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores para Máquinas Agrícolas e Rodoviárias), conforme RESOLUÇÃO nº 433, de 13 de julho de 2011, publicada no D.O.U. de 14 de julho de 2011, a qual estabeleceu em seu Art. 4º, § 2º : "§2º A partir de 1º de janeiro de 2017, todos os motores destinados às máquinas rodoviárias em produção ou importados, para todas as faixas de potência. O equipamento deve atender a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);

Petrolina, 12 de maio de 2022.

Thiago Freitas de Porfírio Sousa: Engenheiro Civil CREA: 27.150/D-DF

Analista de Desenvolvimento Regional
3ªGRD/UEP
CODEVASF



ANEXO III

TERMOS PARA IMPRESSÃO

1. Na confecção da logomarca serão utilizadas combinações das cores Pantone Verde(348) e Azul(286).

2. A fonte utilizada na palavra CODEVASF será Futura Bold.

3. Para a impressão usar os seguintes percentuais, conforme descrição abaixo:

A logomarca da codevasf pode ser encontrada no site eletrônico abaixo:

<https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/promocao-e-divulgacao/resolveuid/b6015146201e4d259d962b800e3d6c0c>

EQUIPAMENTO DOADO PELA



3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Petrolina, 12 de maio de 2022.

Thiago Freitas de Porfírio Sousa: Engenheiro Civil CREA: 27.150/D-DF

Analista de Desenvolvimento Regional
3ªGRD/UEP
CODEVASF

**ANEXO IV MATRIZ
DE RISCO**

Risco	Definição	Alocação (Codevasf, Contratada ou Compartilhada)	Impacto (Alto, médio ou baixo)	Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco
1 - Necessidade de fornecer equipamento, material ou máquina ofertada pela contratada na licitação com alteração de marca ou especificação.	Encerramento de fabricação de modelo ofertado pela licitante no período de fornecimento.	Contratada	Alto	Ocasional	Contratada deverá apresentar produto ou nova marca com especificações iguais ou superiores para aprovação pela fiscalização sem aumento dos custos.
2 - Alteração do prazo do fornecimento.	Necessidade de aprovação pela Codevasf da alteração de especificação ou marca do risco 1 solicitada pela contratada.	Compartilhada	Baixo	Ocasional	O prazo será aditado a partir da data de aceitação da nova especificação e/ou marca apresentada pela Contratada e aprovada pela fiscalização da Codevasf. Prazo será acrescido dos dias entre o recebimento pela Contratada da Codevasf da Ordem de Fornecimento e pela comunicação à mesma da

					aprovação da nova especificação pela especificação pela fiscalização da Codevasf, limitado a 70% do prazo original.
3 - Entrega em desacordo com as especificações do Edital.	Não verificação pela contratada da especificação do equipamento descrita no Edital.	Contratada	Alto	Remota	Contratada deverá promover imediata correção, adequação ou substituição do fornecimento em compatibilidade com a especificação mínima do Edital.
4 - Variação cambial do dólar.	Variação cambial com percentual entre o menor valor e o maior valor no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. (Exemplo: menor valor R\$4,22 e maior valor R\$5,10 corresponde uma variação de 20,85%)	Contrada	Médio	Provável	Contratar um seguro cambial. Contratos sujeitos à variação de moeda estrangeira podem ser protegidos por operações de hedge e, portanto, não podem ser causa para reequilíbrio contratual.
5 - Variação cambial do dólar acima do previsto no item 4	Variação cambial acima do percentual previsto no risco 4 a partir da data da assinatura do contrato ou data de recebimento pela contratada da ordem de fornecimento em relação a data de apresentação da proposta. (Exemplo: Dólar na data de apresentação da proposta R\$5,65 terá uma variação aceitável de 20,85% totalizando um limite de	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente da diferença acima do valor limite. (Exemplo: Se o dólar médio do período de fornecimento for R\$6,96 corresponderá um aditivo de 1,90% $(6,96/6,83 \times 100 = 1,90\%)$)

	R\$6,83 sem reequilíbrio contratual)				
--	--------------------------------------	--	--	--	--

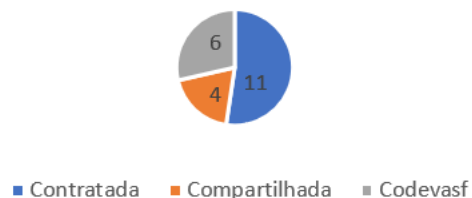
6 - Variação da inflação (IPCA)	Aumento do IPCA médio do período entre a data do recebimento da ordem de fornecimento até da data de entrega em relação a variação do menor e o maior valor no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. (Exemplo: proposta de novembro de 2020 e a inflação de maio de 2020 foi 1,88% e dezembro de 2019 4,52% corresponde uma variação de 40,42%)	Compartilhada	Médio	Provável	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente da diferença acima do valor limite. (Exemplo: Se o IPCA do mês de recebimento da ordem de fornecimento for 4,52% e a média do período a partir do recebimento da ordem do fornecimento for inferior a 4,52% \times 1,44042=7,61% não correrá aditivo de reequilíbrio, mas se médio fosse 7,89% o aditivo seria de 0,79%=7,89%-7,61%).
7 - Greve da Receita Federal do Brasil	Greve da Receita Federal nos fornecimentos importados devidamente comprovados os impactos.	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
8 - “Greve de caminhoneiros”.	Greve do setor de transporte impedindo o frete.	Codevasf	Alto	Ocasional	Aditivo de prazo.

9 - Aumento dos custos de transporte internacional de cargas.	Elevação de taxas e tarifas e encargos aduaneiros, inclusive frete.	Contratada	Baixo	Ocasional	Empresa renegociar valores ou arcar com a diferença do frete com a sua transportadora.
10 - Aumento dos custos de fretes.	Aumento das tabelas de fretes e diesel.	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores ou arcar com a diferença do frete

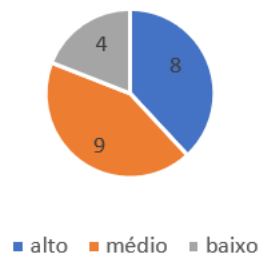
					com a sua transportadora.
11 - Lockdown	Paralisação da cidade, região ou país de origem de fabricação do equipamento ou máquina devido a pandemia, bem como no local de recebimento.	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
12 - Dificuldade de aquisições de matéria-prima.	Aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de matéria-prima para fabricações	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores com fornecedor ou alterar o mesmo.
13 - Estimativa de prazo de entrega	Aceitação do prazo de edital para entrega dos fornecimentos e não conseguir cumprir até um limite de 25% superior ao mesmo, sem nenhum fato superveniente previsto nesta matriz de risco para aditivo de prazo.	Contratada	Médio	Remota	Recebimento dos materiais, equipamentos ou máquinas pela Codevasf com a aplicação das sanções previstas no edital.
14 - Interrupção do contrato	Verificação da impossibilidade provisória recebimento do equipamento por parte da Codevasf.	Compartilhada	Baixa	Remota	Interrupção da contagem do prazo de entrega.

15 - Dano na descarga dos itens de fornecimento.	Dano na descarga ou organização dos materiais, equipamentos ou máquinas na entrega.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata do material, equipamento ou máquina danificada pela contratada na descarga.
16 - Dano no frete dos itens de fornecimento.	Dano durante o transporte dos materiais, equipamentos ou máquinas.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata do material, equipamento ou máquina danificada pela contratada durante o transporte

Alocação dos Riscos



Impacto dos Riscos



Probabilidade

